

Descodificar a Legislação: o caso de uso do Estatuto de Aposentação

Proposta de Prestação de Serviços | Centro de Conhecimento em Data Science



Agenda



- A. O nosso entendimento – 3
- B. A nossa proposta – 9
- C. NA

A. O nosso entendimento

Dada a sua maturidade enquanto produto, o DRE torna-se um relevante objeto de interesse na aplicação de técnicas inovadoras

O potencial do DRE

“O acesso ao DRE permite a consulta de toda a Legislação Portuguesa, tendo ainda um grande potencial de evolução ao nível de serviço ao Cidadão, em particular, em serviços que permitam ao utilizador encontrar as normas e os procedimentos que dizem respeito à sua necessidade em particular (o motivo que o levou a consultar a legislação).”

A oportunidade e o desafio

Para a clarificação de um determinado tema por parte do utilizador, muitas vezes é necessário consultar diferentes diplomas que apresentam uma necessidade de interpretação técnica e detalhada.

“Como tal, o DRE apresenta um desafio constante de se manter em permanente monitorização, análise e evolução de melhorias que tornem a plataforma mais ágil e a solução mais assertiva no acesso e consulta do utilizar ao conteúdo pretendido.”

Fonte: Memória Descritiva, Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (SATDAP), partilhado pela INCM com a Nova SBE.

Tirando partido do potencial e desafios do DRE, a INCM pretende apostar na investigação e experimentação focadas no serviço ao cidadão

Desta forma, os objetivos da INCM passam por:



Encontrar uma solução para as limitações comumente identificadas pelos utilizadores do DRE, a nível de articulação e agregação da informação, proporcionando uma visão única e consolidada (limitações agrupadas em 4 eixos)



Garantir a relevância do DRE enquanto instrumento útil e ágil para os Cidadãos, dotado das melhores técnicas ao nível da usabilidade em sistemas de informação



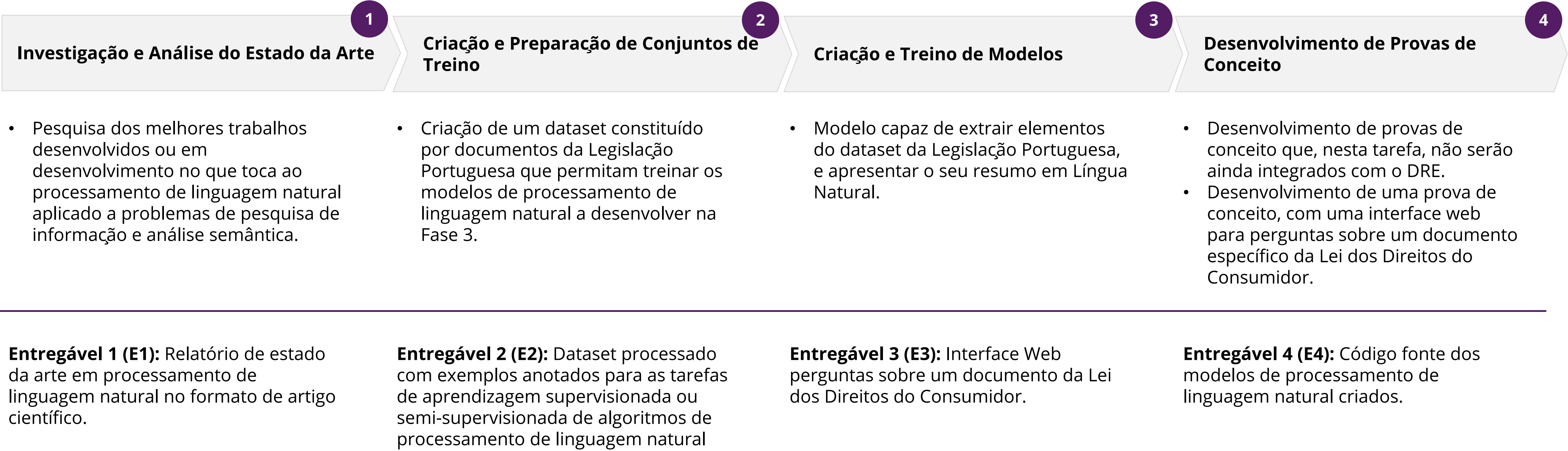
As limitações identificadas podem ser agrupadas em 4 eixos:

1. A articulação de artigos dentro de um mesmo documento legislativo;
2. A articulação de artigos dentro de um mesmo documento legislativo e a remissão para outros;
3. A forma de cálculo de um dado imposto, taxa, coima, multa, subsídio, incentivo, entre outros atributos, articulando vários documentos legislativos;
4. A catalogação de todos os elementos legislativos referente a um dado tema, artigo, procedimento, sejam eles de natureza nacional ou comunitária.

Fonte: Memória Descritiva, Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (SATDAP), partilhado pela INCM com a Nova SBE.

Nesta sequência, e em parceria com outras entidades do sistema de I&D, a INCM colocou em curso o caso de uso do Direito do Consumidor

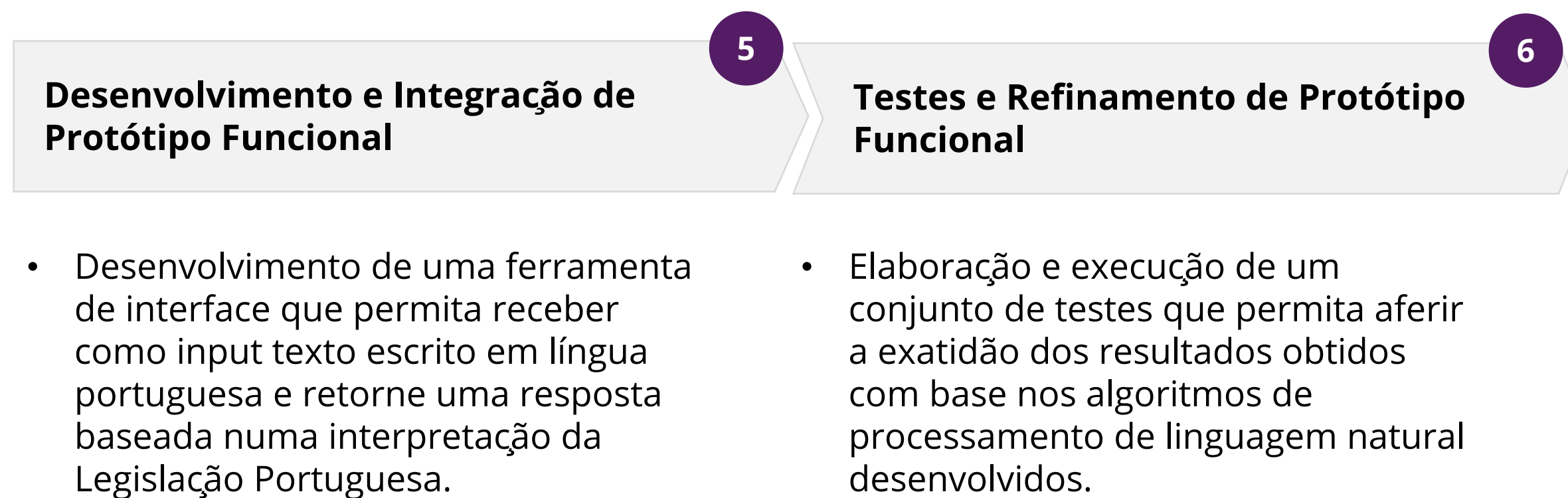
Assim, a INCM iniciou um projeto de 18 meses, com as seguintes fases e entregáveis:



Fonte: Documento “Projeto Descodificar a Legislação – Macroplaneamento”, partilhado pela INCM com a Nova SBE.

A equipa encontra-se a desenvolver as tarefas previstas nas Fases 1 e 2, de anotações lógicas com base na interpretação das leis em causa

Assim, a INCM iniciou um projeto de 18 meses, com as seguintes fases e entregáveis:



Entregável 5 (E5): 1o Protótipo - Modelos NLP para a Lei dos Direitos do Consumidor

Entregável 6 (E6): 2o Protótipo - Modelos NLP aplicados a outras leis fora da Lei do Direito do Consumidor

Entregável 7 (E7): Versão final dos algoritmos e código fonte. Relatório final do projeto.

Fonte: Documento “Projeto Descodificar a Legislação – Macroplaneamento”, partilhado pela INCM com a Nova SBE.

A Nova SBE, através do seu Data Science Knowledge Center, surge como o parceiro ideal de investigação e experimentação neste âmbito

Após diversas reuniões e partilhas de informação entre ambas as entidades, o entendimento da equipa relativamente aos objetivos para o projeto são os seguintes:

Gerais

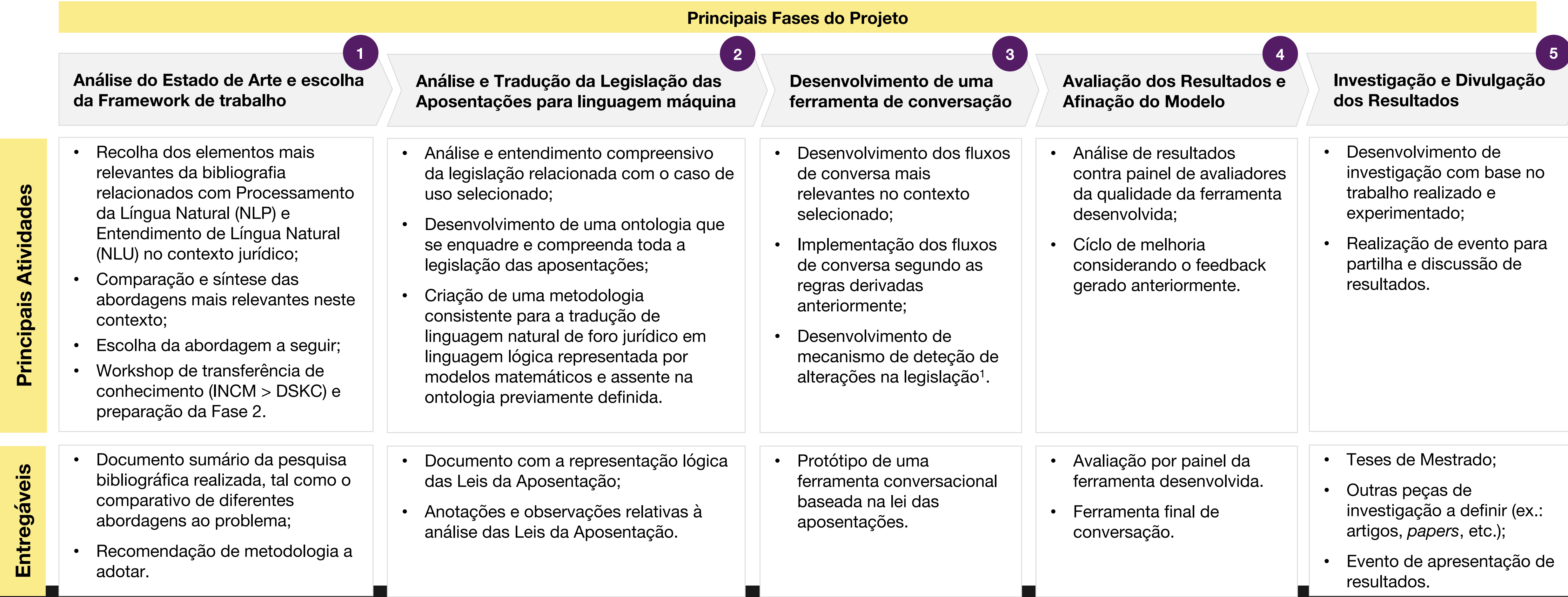
- A. Apoiar o desenvolvimento do projeto em curso “Descodificar a Legislação” através de uma **rede de experts em Ciência de Dados e Inteligência Artificial**
- B. Testar um modelo ágil, eficiente e de baixo custo, onde as **equipas de alunos da Nova SBE**, nomeadamente no que concerne ao seu novo programa de Mestrado em Análise de Negócio (*Business Analytics*), **desenvolvem um projeto de Ciência de Dados com a INCM** (18 meses)

Específicos

- C. **Desenvolver um novo caso de uso** para servir como prova de conceito no projeto “Descodificar a Legislação”, **no âmbito do Estatuto de Aposentação** (de acordo com as prioridades partilhadas pela INCM a este nível)

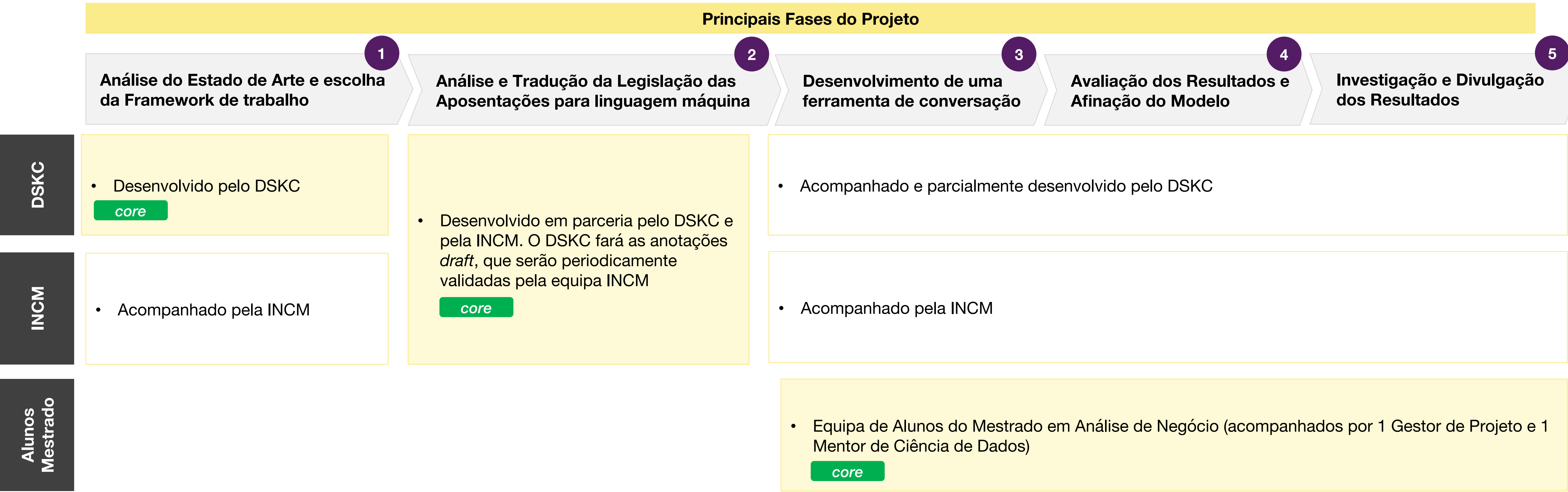
B. A nossa proposta

A Nova SBE propõe dividir a execução do projeto em 5 macro fases, desde a análise do estado de arte, à divulgação de resultados

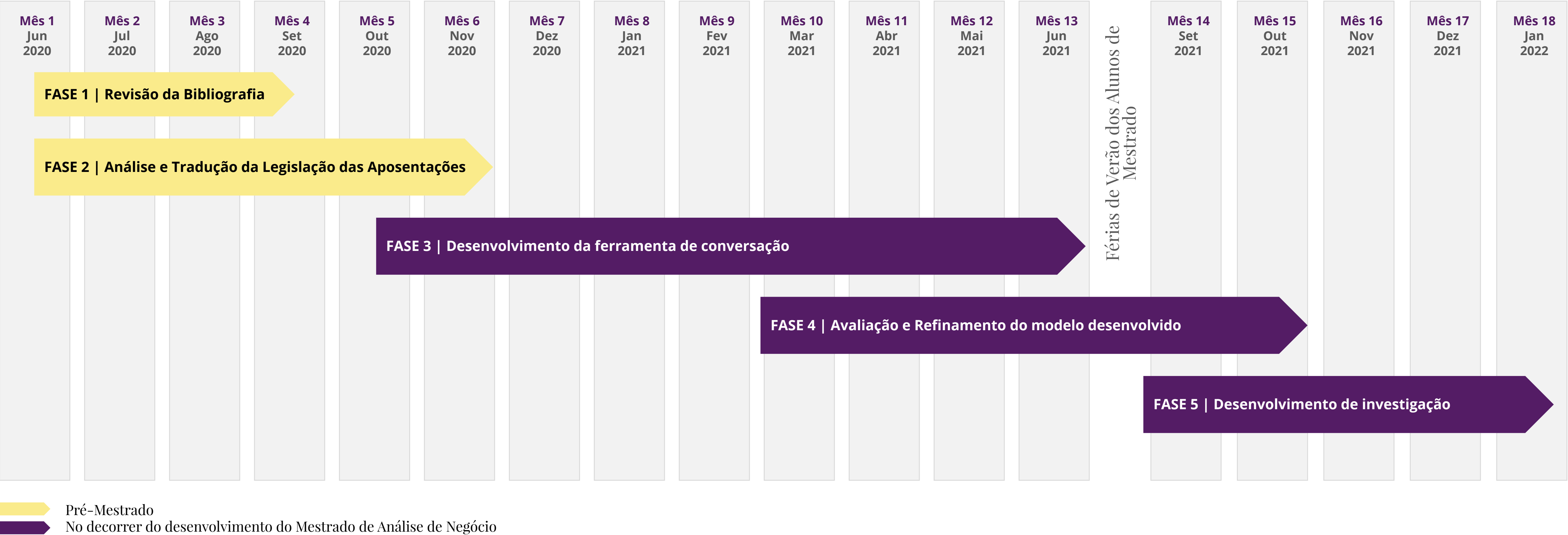


¹Sugerimos um mecanismo que estruture o código das aposentações garantindo a divisão entre artigos e respetivas alíneas, de forma a ser possível manter um controlo de versões de cada elemento do código. Deste modo, será possível, por comparação entre artigo/ alínea identificar alterações ao conteúdo dos mesmos. Em casos como (i) Revogações, (ii) novas alíneas (ou artigos) e (iii) mudanças substanciais do conteúdo, será gerada uma notificação que alerta o sistema para a necessidade de reformular a anotação do elemento que desencadeou o alerta. Para o caso (iii) em particular, será necessário afinar o nível de dissimilaridade que define a necessidade de revisão da lógica inerente à lei.

Tendo em conta as diversas competências necessárias, sugere-se uma equipa multidisciplinar entre a Nova SBE, a INCM e atuais parceiros



O calendário estimado prevê 18 meses de projeto, incluindo uma fase de preparação antes do início do trabalho dos alunos



De forma a garantir o sucesso do projeto, é relevante identificar os riscos associados e discutir a sua possível mitigação

- Desenvolvimento atempado das Fases 1 e 2, de forma a garantir os *inputs* essenciais ao início do trabalho da equipa de alunos
- Limitações da aplicação dos modelos conversacionais existentes na Língua Portuguesa
- Limitações da aplicação dos modelos conversacionais existentes no domínio jurídico
- Ambiguidade inerente à legislação e a sua subjetividade
- Subjetividade da avaliação da qualidade dos modelos linguísticos
- Definição de métricas de avaliação da qualidade das respostas (certo/ errado)

Lénia Mestrinho
lenia.mestrinho@novasbe.pt
+351 96 210 42 28

